



EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA EDUCAÇÃO DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES PARA A EMANCIPAÇÃO

PAULINO, Maria Rayane Cruz
Universidade Federal do Ceará (UFC)
rayanecruzes@gmail.com

ZIENTARSKI, Clarice
Universidade Federal do Ceará (UFC)
clarice.zientarski@ufc.edu.br

Eixo temático 7: Questão Agrária, Políticas Públicas e Educação do Campo

RESUMO

O trabalho a seguir se utiliza do método dialético marxista e objetiva compreender o papel que foi destinado a educação do campo, tendo em vista o processo de industrialização do campo no Brasil. Comparar a educação capitalista hegemônica com a educação construída pela classe trabalhadora camponesa - entendendo a relação destas com o trabalho. Discutir pontos acerca da construção de uma educação para a emancipação e sobre a urgência de traçar caminhos para a superação da alienação da sociabilidade capitalista e de suas contradições.

Palavras-chave: Educação do Campo. Trabalho. Capitalismo. Emancipação.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é entendida como política pública, a qual vem sendo formulada e implementada com mediação das ações dos governos e da sociedade civil organizada. Esta vem atuando como reparação da dívida histórica que o Estado Brasileiro tem para com os povos do campo, pelo fato de que o direito à educação universal e de qualidade foi negado, assim como os modelos pedagógicos adotados que enfatizavam o modo de vida urbano como o modelo de organização a ser seguido, em contrapartida, marginalizava o modo de vida do campo, como sinônimo de atraso. E que de acordo com a análise de Ribeiro (2010).

[...] é fácil deduzir que as políticas sociais destinadas às populações camponesas, em particular a educação, tiveram maior incremento e volume de recursos quando havia, por parte dos sujeitos do capital, interesses ligados à expropriação da terra e a consequente proletarização dos agricultores, combinada com a implantação de uma produção agrícola geradora de dependência científica e tecnológica da parte dos trabalhadores do campo. A educação rural, desse modo, funcionou como uma educação formada tanto de uma força de trabalho disciplinada quanto de consumidores de produtos agropecuários, agindo, nesse sentido, para eliminar os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra. (RIBEIRO, 2010, p. 171-172).



Deste modo, os modelos pedagógicos foram historicamente orientados para que a escola agisse como uma ferramenta para o estabelecimento de uma ordem social, que passava pelo enquadramento dos indivíduos ao modo de produção capitalista, que no campo brasileiro se caracterizou pela presença dos latifúndios, produção agrícola agroexportadora, exploração do ambiente natural e da força de trabalho. E como afirma Oliveira (2007) “o processo de industrialização do campo traz suas transformações nas relações de produção na agricultura. Redefinindo todas as estruturas sociais, econômicas e políticas do campo.”

2 DISPUTA IDEOLÓGICA DA EDUCAÇÃO

Posto isso, a concepção capitalista de escola, segundo Freitas (2001) está pautada para atender os objetivos da classe dominante ao longo da história, que mesmo quando da universalização do ensino, a permanência se faz estratificada, hierarquizada, excluindo-os culturalmente e deixando a maioria “ficar pra trás”, ao longo do processo educativo. Tendo em vista não a formação do ser humano, mas a instrução para a execução das atividades produtivas e como ressalta Mészáros (2005):

A questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. (MÉSZÁROS, 2005, p. 44).

Para Caldart (2012) a Educação do Campo é construída por meio de um *fenômeno da realidade brasileira atual*, tendo como protagonistas as trabalhadoras e trabalhadores do campo organizados, envolvendo as dimensões do “trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos do campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana”. E ainda que:

Já pode configurar-se como uma *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação. (CALDART, 2012, p. 257).

Desse modo se configura uma disputa ideológica, que como afirma (Silva, 2016) de um lado está o projeto hegemônico de educação burguesa para a classe trabalhadora e de outro a concepção de educação da classe trabalhadora, comprometida com a formação humana para a transformação social, como reflexo da disputa entre os projetos produtivos, hegemônico capitalista do agronegócio e do projeto de produção da reforma agrária popular de matriz agroecológica. Se mostrando como um projeto de educação feito pelas populações camponesas, "orientado por uma concepção afirmativa da vida camponesa." (CALDART, 2012).

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO CONSTRUÍDA PELOS CAMPONESES

Visto isso, entende-se que há de fato, uma intencionalidade quanto à Educação do Campo, desenvolvido historicamente pelo povo camponês, em seu processo de luta pela terra e educação, de modo que (SILVA, 2016), indica quatro elementos essenciais para efetivação das escolas do campo numa perspectiva emancipadora.

A primeira é o caráter público da escola camponesa que deve ser pensada, gerenciada e governada pelos camponeses, auto educados; a participação dos educandos auto organizados, no processo de gestão escolar; também como a manutenção de uma ligação basilar da escola com as comunidades do campo e seus modos de organização.

A segunda dimensão é a formação do homem e da mulher do campo, fundamentada na formação humana integral, em contraposição à perspectiva capitalista de formação do capital humano; com vista elaborar a percepção dos vínculos que existem entre a escola e os processos econômicos, culturais e políticos; Centrada na vivência, na memória coletiva e na afirmação do modo de vida do campo; Além de formar numa perspectiva unitária – encerrando a separação entre quem elabora e quem realiza os processos – e omnilateral – nas diversas dimensões do ser humano.

Como terceira dimensão destaca que a escola como promotora do desenvolvimento camponês, que deve ser pautada segundo o projeto da agricultura camponesa e da reforma agrária popular em prol do desenvolvimento do campo como lugar de vida e trabalho, não como lugar de negócio apenas, ou atraso; Articulando o conhecimento científico com os saberes populares, alargando as maneiras de compreensão e potencial transformação da realidade de problemas concretos nas comunidades; Que relacione teoria e prática, pesquisa e produção do conhecimento; Não se atendo apenas ao espaço físico da escola, mas perpassando por toda a comunidade, respeitando e valorizando a



cultura camponesa, considerando a diversidade dos sujeitos do campo, realizando nova relação campo-cidade; Educação para e pelo trabalho.

E por último uma escola em construção e luta permanente que nunca está acabada, que se faz como contínuo lugar de reflexão, que valorize a formação continuada das educadoras e dos educadores; Onde os processos de planejamento, avaliação e sistematização sejam permanentes e participativos; Sendo marcada pelo conflito e luta permanente, já que é lugar de disputa ideológica, carecendo de postura militante dos(as) educadores(as) e ligação com os movimentos sociais do campo, com as dimensões da luta camponesa e demais lutas por transformação social.

4 TRABALHO NA CONCEPÇÃO CAPITALISTA

Ao analisar a sociedade moderna e sua relação com o mundo através do modo de produção capitalista mercantil, (MARX, 1989) alerta para a questão da *dimensão negativa da atividade produtiva*, que seria uma contradição desse sistema, uma vez que, o produto e as condições do trabalho são afastadas de seu produtor, então a atividade produtiva humana se revela como fonte de alienação, pois “O trabalhador torna-se mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens.” (MARX, 1989, p. 158-159). Por conta de fatores que envolvem esta realidade - como a propriedade privada, a divisão do trabalho e a própria desvalorização do ser humano - a natureza que outrora possibilitava a construção de um mundo objetivo real, tornando o homem um ser social, consciente e livre, agora é encarada simplesmente como um meio de subsistência, pois nesta lógica de produção os trabalhadores somente tem acesso ao mínimo para manterem suas funções físicas necessárias para continuar a produzir.

Por conseguinte a atividade produtiva capitalista e sua dimensão negativa, resulta a alienação em quatro aspectos: 1) Alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho; 2) Alienação do homem a si mesmo; 3) Alienação do ser genérico do homem; 4) Alienação em relação aos outros homens. Considerando ainda que estas não se dão de modo isolado, mas se relacionam entre si, sendo assim a aparente liberdade posta pela economia política e defendida pela ideologia liberal burguesa não se efetua.

5 EDUCAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO

Segundo Vigotski (2003) ao adicionar o desenvolvimento potencial em conjunto com o real, surge a possibilidade da ocorrência de aprendizagens mais complexas,



evidenciando o papel do educador na mediação desse processo. Além de relacionar os conceitos espontâneos – desenvolvidos assistematicamente no dia a dia – com os conceitos científicos – apreendidos em processos formais – de modo que o primeiro serve de base para a formação do segundo. E a partir da problematização articulando os dois elementos, se faz possível a elaboração de conhecimentos mais complexos que os passados, sofisticando a bagagem teórica e psicológica, forjando assim o desenvolvimento.

[...] Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VIGOTSKI, 2003, p. 112).

Então partindo da compreensão da sociabilidade em seu modo concreto (relação natureza-sociedade e modo de produção na História, os homens são os sujeitos de sua História e estes por meio de suas ações organizadas tem o potencial de superar a dimensão negativa do trabalho – visto que esta também é uma construção social – essa superação também passa pela educação, entendida como parte do modo como a sociedade produz seus bens. É com este intuito que Gramsci (1989) fala sobre a escola unitária, a qual que deveria incorporar os jovens na atividade social após “tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” e ainda que “a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas.”

De acordo com Saviani (1997, p. 42) a educação emancipatória é possível, necessitando “captar a natureza específica da educação e compreender suas mediações”, melhorando a formação dos professores e articulando o ensino aos interesses da classe trabalhadora e não do capital, utilizando da *Pedagogia Histórico-Crítica*, enxergando a educação como elemento potencial para a transformação social, a qual se relaciona estritamente com as características políticas e ideológicas que implicam na elaboração e execução de políticas educacionais que inclui a formação dos alunos e professores.

6 CONCLUSÃO – SUPERAÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS E DE SUAS CONTRADIÇÕES

Acerca desse tema Marx aponta três conceitos que estão intimamente relacionados entre si. Primeiro o Trabalho Como Princípio Educativo: Que utiliza-se do trabalho material e socialmente útil como alicerce para a construção de um sistema de ensino que permita



reunificar ensino e educação, movimento possível apenas através da emancipação do trabalho (PISTRAK, 2000). E esta emancipação, por sua vez, se dará na medida em que houver ação de um sujeito coletivo suficientemente forte para realizar um enfrentamento à força do capital, entendido como lógica de organização das relações sociais de produção (Mészáros, 2005). A relação entre trabalho e educação ocorre no intuito de desenvolver todas as potencialidades do ser humano, pois o trabalho se encontra na base da transmissão do conhecimento pelo ensino, possibilitando assim a apreensão da materialidade dos fenômenos, a construção de generalizações e a descoberta de leis que envolvem o conhecimento científico.

A outra dimensão é a Educação Omnilateral que engloba a educação e a emancipação em todas as dimensões humanas, já que não se apresentam como *simplesmente dados pela natureza*. O que é especificamente humano neles, é a criação deles pelo próprio homem (MÉSZÁROS, 1981, p. 181). A educação omnilateral se insere na disputa de um projeto de sociedade socialista.

que liberte o trabalho, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura e as relações humanas em conjunto dos grilhões da sociedade capitalista; um sistema que submete o conjunto das relações humanas em seu conjunto das relações de produção e relações sociais, educação, saúde, cultura, lazer, amor, afeto e, até mesmo, grande parte das crenças religiosas à lógica mercantil. (FRIGOTTO, 2012, p. 267).

Trata também da Educação Politécnica que vincula o conhecimento ao processo de produção e reprodução da vida humana pelo trabalho, no intuito de aperfeiçoar o tempo gasto para atender às necessidades humanas históricas e expandir o tempo livre – de escolha e de atividade criativa – para desenvolvimento efetivo da omnilateralidade. Assim a educação politécnica se projeta no campo da contradição entre o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e da luta consciente necessária para o rompimento dos limites dessas relações (FRIGOTTO, 2012).

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.



RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TITTON, Mauro. O Princípio Educativo do Trabalho e o Trabalho Enquanto Princípio Educativo: Ampliando o Debate com os Movimentos de Luta Social. In: Reunião Anual da ANPEd Anped, 31., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2008.

ZIENTARSKI, Clarice; PEREIRA, Karla Raphaella Costa; FREIRE, Perla Almeida Rodrigues (Org.). **Escola da Terra Ceará**: Conhecimentos formativos para a práxis docente do/no campo. Assis: Triunfal, 2016.